

Uma análise prototípica do objeto direto em textos escritos ¹

letrônica

Eduardo Elisalde Toledo²
Luiz Carlos da Silva Schwindt³

1 Introdução

No momento da definição de uma classe ou função gramatical, a busca por um recurso abrangente o bastante para dar conta dos diferentes domínios envolvidos em um determinado fenômeno linguístico se apresenta como a chave fundamental para se superar as limitações das classificações tradicionais, que se interpõem entre o olhar do pesquisador e o seu objeto de estudo.

Nosso principal objetivo, durante a elaboração desse estudo, foi, além da descrição do protótipo de objeto direto, contribuir para uma reflexão sobre a necessidade de um novo olhar sobre velhos e conhecidos conceitos de formas e funções ou, ainda mais profundamente, uma nova perspectiva sobre a concepção de língua que subjaz a esses conceitos. As noções impressas em gramáticas escolares não parecem tão triviais no momento em que nos damos conta de que os termos utilizados por esses livros estão presentes em qualquer debate acadêmico sobre a linguagem humana. O ensino escolar também é responsável por uma parte do trajeto intelectual de qualquer linguista. Ao se tomarem noções de classes e formas como, por exemplo, as de sujeito e de substantivo, sem se explicitarem os aspectos privilegiados na análise, corremos o risco de estar reproduzindo inconscientemente conceitos inadequados à descrição de nossa língua materna. O único modo de se preservar um olhar científico é ter consciência das inegáveis “heranças taxonômicas” da Gramática Tradicional, que insistem em se confundir com o que entendemos como parte do conhecimento linguístico de qualquer falante. Mas é preciso perceber o caráter artificial de algumas noções que são utilizadas acriticamente pelo pesquisador. Devemos tentar distinguir aquilo que pode fazer parte de um modelo de representação do conhecimento linguístico daquilo que é apenas um velho conceito

¹ Este artigo resume a monografia intitulada “Um estudo prototípico do objeto direto em textos escritos”.

² Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

³ Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

gramatical, fruto de uma concepção equivocada, que apenas permanece presente devido à desatenção dos pesquisadores.

Conscientes da dimensão desse desafio, buscamos uma perspectiva que nos desse condições suficientes para apresentarmos um instrumento alternativo para a descrição de nosso objeto de estudo, a função sintática de objeto direto. Comprometidos com a superação da concepção que nos foi apresentada durante todo o Ensino Fundamental e Médio, adotamos o modelo descritivo de Perini (1989). O autor propõe uma descrição das funções sintáticas por meio da construção de matrizes de traços distintivos. Sua abordagem apresenta a vantagem de uma definição mais explícita de formas e funções, pela caracterização de tais itens em feixes de traços distintivos. Estes traços são posteriormente submetidos a uma análise quantitativa, com o objetivo de se representarem as tendências gerais do português brasileiro, através de uma matriz prototípica, composta dos traços mais frequentes no léxico e na gramática.

Este artigo está organizado como segue. Na seção 2, apresentamos os pressupostos teóricos que nortearam nosso estudo, comparando, em primeiro lugar, diversas definições atribuídas ao objeto direto por diferentes concepções teóricas, incluindo a Gramática Tradicional, apesar de seu caráter estritamente prescritivo. Em seguida, ainda nessa seção, descrevemos brevemente o modelo de traços distintivos, proposto por Perini (1989), para representar classes, funções e processos gramaticais do português brasileiro. Na seção 3, resumimos as etapas que compuseram nossos procedimentos metodológicos, partindo da elaboração das matrizes de traços distintivos nos três níveis em estudo – morfologia, sintaxe e semântica – até chegar à seleção do *corpus* e à coleta dos dados. Na seção 4, apresentamos e discutimos os resultados da classificação dos dados coletados, analisando os traços mais frequentes em cada matriz proposta, para a posterior descrição do protótipo do objeto direto. E, finalmente, na seção 5, apresentamos nossas considerações finais.

2 Revisão Teórica

Nesta seção, primeiramente, comparamos dois métodos básicos de classificação dos elementos da língua; um que privilegia apenas o aspecto semântico e outro que organiza sua conceituação em aspectos formais, funcionais e semânticos (MACAMBIRA, 1982). Em seguida, discutimos brevemente a proposta de matriz prototípica de traços de Perini (1989).

Em geral, o método de classificação puramente semântico é característico da Gramática Tradicional e de seus derivados (gramáticas escolares, por exemplo). Partindo do pressuposto de que a análise gramatical deve levar em conta a composição hierárquica dos

fenômenos linguísticos em níveis, e que esse deve ser o ponto de partida de qualquer classificação gramatical, observamos uma total ausência de tal base na Gramática Tradicional, pois os conceitos dos quais ela lança mão para definir classes e funções sintáticas se referem a obscuros termos que, por seu caráter exageradamente subjetivo, não permitem a possibilidade de se fazerem generalizações sobre a língua, devido à necessidade de sempre se complementar a explicação com um número ilimitado de exceções. Temos para o substantivo a seguinte definição dada pela Gramática Tradicional: “palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA, 1982, p. 187). Percebe-se aí a ausência de informações explícitas sobre as relações formais e funcionais que são estabelecidas por este item linguístico.

O segundo método mencionado acima diz respeito às gramáticas descritivas, que procuram explicitar os aspectos gramaticais considerados em sua análise. Parte de um domínio específico da gramática (p. ex. o domínio morfológico) para a definição de uma classe ou função. Sabemos, também, que a busca por uma perspectiva que concilie os três domínios da linguagem, morfologia, sintaxe e semântica, não está presente apenas em teorias que buscam representar o modo como a linguagem opera em suas dimensões subjacentes, mas permeia, também, qualquer esforço de se compor um estudo que lide com aspectos de superfície, sem uma preocupação em representar os processos envolvidos na derivação de formas primitivas. Uma análise descritiva visa, essencialmente, a classificar todas as formas e funções existentes numa dada língua natural.

Conforme a apresentação acima dos dois métodos analíticos, normativo e descritivo, podemos perceber que o instrumento utilizado para a classificação de formas e funções está diretamente relacionado ao modo como se percebem a estrutura da língua e sua representação superficial em uma gramática. A percepção de domínios distintos em interação parece ser a forma mais adequada de se abordar a descrição linguística, pois não podemos conceber o esforço do pesquisador limitado a um mero exercício arbitrário de postulação de conceitos, baseados em juízos subjetivos que revelam uma confusa noção sobre semântica.

Abaixo seguem algumas definições de objeto direto que ilustram os dois métodos de conceituação comentados acima.

1.2 Método normativo

Napoleão Mendes de Almeida (1962): “corresponde o objeto direto ao caso oblíquo latino chamado acusativo. O objeto direto, como o sujeito, é simples, quando constituído de um só

núcleo e composto, quando dois ou mais forem os núcleos”;

Cunha & Cintra (1985): “o complemento de um verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal”;

Bechara (2000): “constituído, como o sujeito, por expressão substantiva não marcada por um índice funcional (a preposição, neste caso) o complemento direto se distingue de sujeito por vir à direita do verbo (o sujeito vem normalmente à esquerda) e não influir em sua flexão. Assim, a troca de posição destes dois termos na oração está circunscrita aos casos em que dela não resulte ambiguidade ou ruído de comunicação, principalmente no texto escrito.

1.3 Método descritivo

Segundo Macambira, (1982, p. 223-225), o objeto direto pode ser definido segundo três aspectos gramaticais: semântica, sintaxe e morfologia.

- a) aspecto semântico (três definições): é o termo em que recai imediatamente a significação do verbo; é o termo que completa a significação do verbo transitivo, chamado direto, porque o substantivo que serve de objeto não é regido de preposição; é o termo sem preposição que esclarece o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado;
- b) aspecto sintático (seis provas sintáticas): prova da posposição; prova de substituição; prova do disfarce; prova da pergunta; prova da pluralização prova do relativo;
- c) aspecto morfológico: a posição de objeto direto pode ser ocupada por substantivo, palavra substantivada, pronome, infinitivo, oração reduzida infinitiva e oração subordinada substantiva.

A contribuição mais relevante da descrição sustentada por Macambira é a separação cuidadosa das definições nos três aspectos vistos acima – morfologia, sintaxe e semântica -, método que também será utilizado para a nossa descrição do protótipo do objeto direto.

2.1 O modelo descritivo de Perini (1989)

Mesmo admitindo que a Gramática Tradicional tem limitações em dois aspectos fundamentais, a inadequação aos fatos da língua e a falta de consistência lógica, Perini (1989, p.5) não rejeita inteiramente a sua importância, pois a considera “uma preciosa fonte de perguntas a respeito da língua”. Essa reflexão condiz com seu esforço em propor a descrição do padrão escrito do português brasileiro, contexto linguístico que também é o foco da Gramática Tradicional, ainda que esta última não tenha pretensões descritivas, mas apenas

prescritivas.

Objetivando a construção de uma gramática descritiva do português brasileiro, em seu padrão escrito, Perini, inicialmente, se ocupa em justificar a necessidade de tal pesquisa. Para o autor (PERINI, 1989, p. 11), uma gramática descritiva se faz necessária tanto para a teoria linguística, por meio do subsídio de “dados confiáveis e sistematizados”, quanto para o ensino (“gramáticas descritivas para usos pedagógicos”). Em seguida, tem-se a etapa da busca de uma base teórica adequada, com o objetivo de se superarem as limitações da Gramática Tradicional.

No momento de estabelecer seu ponto de partida teórico, Perini (1989, p. 12) observa um “aparentemente” insolúvel obstáculo: por apresentarem uma visão compartimentada da língua, não há nenhuma teoria linguística que apresente uma abordagem completa o bastante para dar conta de todos os aspectos relevantes de uma língua natural. O autor (PERINI, 1989 p. 13-14) “resolve” este problema metodológico ao neutralizar os principais debates acadêmicos, a fim de oferecer uma maior coesão descritiva, utilizando-se apenas de um conjunto de princípios que são consensuais entre os linguistas:

- existência de itens morfológicos (morfemas, palavras);
- distribuição destes itens em constituintes;
- relações sintagmáticas entre os elementos (funções);
- concordância e regência;
- relações paradigmáticas entre os elementos (classes);
- natureza distribucional das classes;
- correspondências sintáticas entre estruturas diferentes.

Definido o ponto de partida teórico, Perini passa a delimitar o objeto de sua descrição. Em primeiro lugar, opta pela superfície da língua, pois concebe a gramática descritiva como “um catálogo de estruturas superficiais” (1989, p. 15).

Em seguida, introduz a proposta de uma análise estritamente formal, que é justificada, segundo o autor, pelos “casos em que um traço formal da língua não tem nenhum correlato semântico discernível” (PERINI, 1989, p. 20). No português brasileiro, temos o exemplo da exigência verbal da preposição *de* antes de seu complemento (p. ex. *gostar*, “Eu gosto de laranja”).

A partir desses pressupostos, o autor retoma a reflexão sobre a Gramática Tradicional, que concebe a classificação gramatical em termos de “classes estanques e mutuamente exclusivas”. Tal concepção não consegue dar conta dos “desvios” gramaticais (formas que se

comportam de maneira diversa da prevista por sua categoria). Em formas como *alto*, tem-se um problema, por parte da Gramática Tradicional, de inadequação aos fatos da língua, pois *alto*, um adjetivo segundo essa concepção, pode se comportar como um advérbio em sentenças como, “João está falando alto”. Como a alternativa de se classificarem tais formas em subclasses não se apresenta como uma solução atraente, devido ao caráter artificial e não econômico de tal modo de categorização, Perini propõe um sistema alternativo para a descrição do português brasileiro, baseado na construção de matrizes de traços distintivos (sistema usual em modelos teóricos de Fonologia).

Para a construção de matrizes de traços, o autor (PERINI, 1989, p. 34) define, em primeiro lugar, que somente “fatos” sintáticos relevantes serão considerados como traços distintivos para a descrição do comportamento de itens lexicais e sintagmas maiores.

Tais “fatos” se baseiam naquele conjunto de princípios, já citado, que é consenso entre os linguistas:

- a) posição linear na sequência;
- b) agrupamento de constituintes;
- c) manifestações de relação de regência;
- d) substituíbilidade;
- e) correspondência;
- f) retomada pronominal.

Após definir os traços distintivos que serão considerados em sua análise, Perini (1989, p. 56) observa a existência de uma aparente armadilha em seu modelo descritivo. Como se pode impedir a análise exaustiva de todos os itens do léxico de uma língua em uma matriz de traços? O autor rejeita essa suposta armadilha operacional, argumentando que há tendências, em qualquer língua, de os itens lexicais se reunirem em classes bem definidas. Aqui, temos a justificativa para sua afirmação sobre a utilidade de alguns aspectos da Gramática Tradicional, pois a intuição dos gramáticos de separar os itens linguísticos em classes se confirma em uma perspectiva descritiva.

Como uma natural extensão da constatação exposta acima sobre tendências bem definidas entre vocábulos, é introduzida pelo autor a noção de *protótipo*, que está vinculada à maior frequência de menção na gramática e no léxico. Segundo Perini (1989, p. 70), este tipo de análise é suficiente para deslindar as grandes linhas da gramática e os seus pormenores desviantes. Assim, o protótipo da função sintática do objeto direto pode ser descrito da seguinte forma:

[-CV, +Ant, +Q]

Aos traços distintivos *CV* (concordância verbal), *Ant* (possibilidade de topicalização) e *Q* (possibilidade de retomada pronominal) são atribuídos os valores (+), que indica presença da propriedade, e (-), que indica a ausência da propriedade.

3 Metodologia

Nesta seção, descrevemos nossos procedimentos metodológicos, que se baseiam no trabalho de Costa (1996) sobre o comportamento prototípico da função sintática de sujeito. Em primeiro lugar, apresentamos os traços propostos para a composição das matrizes morfológica, sintática e semântica. Em seguida, expomos os critérios que determinaram nossa decisão por analisar textos escritos do Concurso Vestibular UFRGS e o nosso método de coleta e classificação dos dados.

Apresentamos abaixo os traços morfológicos, sintáticos e semânticos elaborados para este estudo.

1) Matriz morfológica

- a) nome (substantivos, adjetivos e advérbios). Ex.: “possuímos [capacidade] de tomarmos nossas próprias decisões”
- b) pronome. Ex.: “chocam-[nos]”
- c) oração. Ex.: “preferimos [viver]”
- d) objeto nulo. Ex.: “nós pedimos [_] ontem”

2) Matriz sintática

- a) apassivação (teste sintático).

Ex.: “financiam boa parte das escolas” > aplicação do teste de apassivação > *boa parte das escolas é financiada*

- b) preenchimento da posição entre verbo e objeto direto.

Ex.: “usar [constantemente] a lógica do raciocínio”

- c) padrão VO.

Ex.: “[necessitaríamos]_{verbo} [uma dose de adrenalina]_{objeto direto}”

3) Traços semânticos

- a) tema (objeto não é afetado pela ação de um agente).

Ex.: “calcular todas as possíveis [consequências]”

- b) paciente (objeto é afetado pela ação de um agente).

Ex.: “abafando nossos [sentimentos]”

c) causador de experiência (objeto expressa a causa da experiência do sujeito).

Ex.: “experimentar novas [emoções]”

d) produto (objeto é efeito direto da ação de um agente).

Ex.: “provocam [incerteza] e [instabilidade]”

e) tempo (objeto expressa marca temporal).

Ex.: “aproveitamos [os momentos]”

3.1 Seleção do *corpus*

Foram analisadas 100 (cem) redações do Concurso Vestibular UFRGS 2007. A seleção do *corpus* foi determinada pelos critérios que seguem:

a) nivelamento mínimo – todos os participantes do Concurso têm escolaridade mínima de Ensino Médio;

b) aleatoriedade dos cursos – os textos selecionados são provenientes de diversos cursos;

c) notas variadas – os textos representam performances satisfatórias e não-satisfatórias.

3.2 Coleta e classificação dos dados

Tomamos como contexto-alvo para a nossa coleta de dados sentenças declarativas na voz ativa, principais e subordinadas. Identificado o contexto-alvo, era assinalado o verbo transitivo para um posterior teste de agramaticalidade, que consistia na identificação de um suposto complemento (neste caso, o objeto direto) e a possibilidade ou não de seu apagamento da sentença. Assim, teríamos para uma sentença como

(1) João comprou um carro.

(1a) *João comprou.

Após a coleta dos dados (1.309), procedeu-se a sua codificação. Primeiramente, verificou-se o número da linha da redação em que o dado ocorrera. Em seguida, a posição do dado dentro da lista de dados coletados de cada redação foi codificada. Por último, inseriu-se uma notação que indicava o número da redação a que o dado pertencia. Assim, para o dado codificado

equilíbrio - 150360

tem-se a indicação do número da linha da redação onde encontramos o dado (15: linha 15), a ordem em que o dado foi encontrado em relação a todos os dados extraídos de uma dada redação (03: terceiro dado encontrado) e o número da redação (60: redação 60).

Em seguida, os dados foram submetidos à nossa matriz geral, composta de traços morfológicos, sintáticos e semânticos.

Como exemplo, temos o dado “equilíbrio” (código 150360), que recebeu a seguinte

matriz de traços.

Quadro 1 – Exemplo de dado classificado segundo os traços da Matriz Geral

	Item lexical “equilíbrio”
Traços morfológicos	
nome	+
pronome	-
oração	-
objeto nulo	-
Traços sintáticos	
apassivação	-
preenchimento V_O	-
padrão VO	+
Traços semânticos	
tema	+
paciente	-
causador de experiência	-
produto	-
tempo	-

4 Resultados

Esta seção apresenta as tabelas de resultados referentes às matrizes de traços morfológicos, sintáticos e semânticos, que foram levantados após a classificação dos 1.309 dados coletados. Abaixo de cada tabela, há comentários que procuram explicar a frequência dos traços em cada matriz.

4.1 Matrizes

Tabela 1 – Matriz de traços morfológicos nos 1309 casos analisados.

Traços	Frequência	Percentual
Nome	936	71,5
Oração	198	15,1
Pronome	175	13,4
Objeto nulo	-	-
Total	1309	100,0

Os dados da Tab. 1 apresenta um resultado aparentemente trivial quando pensamos que a ocorrência do *nome* (71,5%), tanto na posição de sujeito, quanto na posição de objeto direto, predomina no português brasileiro, e que, nesses casos, somente a posição na oração pode diferenciá-los. Mas, sustentando um olhar mais acurado sobre esse resultado, somos forçados a reconhecer que o predomínio de formas nominais reflete também uma preferência dos candidatos pela retomada lexical, ou seja, de nomes no lugar de *pronomes* para a função anafórica. Como a forma átona do pronome oblíquo, o(s) e a(s), está em processo de extinção no português falado, em suas variantes não padrão, há duas possibilidades de pronominalização desse complemento, em situações anafóricas: o pronome de terceira pessoa do caso reto (2a) e a anáfora zero (2b).

(2a) João tinha uma casa. Ele vendeu ela.

(2b) João tinha uma casa. Ele vendeu.

Sabemos que a primeira opção é socialmente estigmatizada, e esse é um fator relevante num contexto formal como a redação do Vestibular UFRGS, e a segunda alternativa parece não ser, também, adequada para este contexto, em que se almeja uma linguagem clara, que não permite expressões ambíguas, que podem ser acarretadas pela ausência de um objeto direto explícito. Este é um dado não trivial quando se analisam textos escritos, em que aspectos coesivos são essenciais, tanto para a produção, quanto para a leitura. Segue um exemplo extraído de uma das redações analisadas que ilustra esse fenômeno.

“em um determinado momento a vida virou uma rotina, aí então ele começa a vivenciar situações previstas, embora tendo uma **vida** agradável, a sua vida pessoal fica sem sentido, então ele tenta melhorar vivenciando situações emocionais e aproveitando a **vida** como deve ser” (linhas 4-9; redação 02)

Tabela 2 – Matriz de traços sintáticos

Traços	Frequência	Percentual
padrão VO	1204/1309	92
apassivação	654/1309	49,96
preenchimento	65/1309	5

É importante ressaltar que os traços dessa da tabela são cumulativos e, portanto, a soma das colunas pode ser maior do que 1309. A Tab. 2 aponta *padrão VO* como o traço mais frequente, o que corrobora a preferência do português brasileiro pela ordem sintática [verbo] + [objeto], sendo os casos de inversão representados por pronome relativo e pronomes oblíquos átonos, além de alguns casos de inversão estilística. Este resultado poderia apontar para um caso de redundância, já que [-padrão VO] acarretaria [+pronome] – pois, neste estudo, os casos de pronome relativo são considerados situações de inversão da posição de objeto direto, assim como os pronomes oblíquos átonos -, mas podemos contra-argumentar, com base nos dados coletados, que somente temos essa relação de implicação em alguns dos tipos de formas pronominais contidos no traço morfológico “pronome”. O traço menos frequente, [+preenchimento da posição entre verbo e objeto], indica uma quase absoluta preferência dos candidatos pelo não preenchimento dessa posição (apenas em 5% dos casos ocorreu o preenchimento). Quanto ao traço [apassivação], observamos um equilíbrio entre a frequência de sentenças que geram uma correspondente na forma passiva e aquelas que não geram tal forma; esse resultado exige que se considerem outros aspectos que não caberia serem discutidos no tipo de estudo descritivo que propomos aqui.

Tabela 3 – Matriz de traços semânticos

Traços	Frequência	Percentual
tema	830/1309	63,4
paciente	229/1309	17,5
causador de experiência	161/1309	12,3
produto	69/1309	5,3
tempo	20/1309	1,5

A Tab.3 apresenta a frequência de distribuição dos traços semânticos. O traço [+tema] obteve o maior índice de ocorrência entre os dados coletados. Uma possível explicação quanto à baixa frequência dos outros papéis temáticos pode se referir ao seu caráter de especificidade, quando comparados à natureza mais abrangente do papel temático *tema*. Uma hipótese, também plausível, diz respeito ao tipo de texto do qual provêm os dados: tipo argumentativo. Poderíamos supor que, em outro contexto, como por exemplo, uma narrativa, poderia haver uma maior ocorrência de verbos de ação – enquanto, como sabemos, parece haver uma maior incidência de verbos expressando processo e estado em textos de caráter argumentativo – o que implicaria uma maior ocorrência de papéis temáticos de paciente (objeto afetado).

4.2 Protótipo do objeto direto

Retomando nossos pressupostos, apresentamos abaixo a matriz prototípica do objeto direto em textos escritos.

Quadro 2 – Protótipo do objeto direto

[+ nome]
[- preenchimento V_O]
[+ordem VO]
[+ tema]

Podemos concluir que a análise do objeto direto parece indicar as seguintes tendências para o português brasileiro:

a) no domínio morfológico, à ocorrência de nomes;

b) no domínio sintático, a um aparente equilíbrio de forças entre formas que geram passivas e aquelas que não geram, à posição vazia entre verbo e objeto direto, e ao objeto direto em posição pós-verbal (VO);

c) no domínio semântico, à ocorrência de papel temático de tema.

Essa matriz prototípica não pode ser concebida como definitiva, pois analisamos apenas uma pequena amostragem de textos escritos, faltando ainda uma análise mais abrangente que neutralize diferenças contextuais referentes à tipologia textual, e que contraste características que são específicas da oralidade daquelas que são específicas da escrita.

5 Considerações Finais

Nosso estudo sobre o protótipo do objeto direto no português brasileiro apresentou, inicialmente, algumas definições de objeto direto, contrastando perspectivas normativas e descritivas. A partir dessa reflexão crítica sobre as várias tentativas que foram empreendidas para se conceituar tal função sintática, utilizamo-nos de alguns de suas estratégias analíticas, posteriormente, para a elaboração de nossas matrizes de traços.

Em seguida, introduzimos, brevemente, o modelo descritivo proposto por Perini (1989), que propõe a representação prototípica de classes, funções e processos gramaticais do português brasileiro através de traços distintivos. Tal abordagem descritiva serviu de suporte teórico para a elaboração de nossa descrição do comportamento do objeto direto em textos escritos.

Durante a apresentação dos procedimentos metodológicos, buscamos descrever de forma completa todas as etapas que constituíram nosso esforço em abranger aspectos estruturais e semânticos da função sintática em estudo, mantendo uma cuidadosa separação entre elas, para não reproduzir os equívocos da Gramática Tradicional. Apresentar uma definição explícita do objeto direto sempre foi nosso principal objetivo.

A investigação que realizamos com os 1.309 dados coletados de objeto direto em 100 redações do Concurso Vestibular UFRGS 2007, e que incluiu a classificação desses dados a partir de nossas matrizes de traços, referentes aos três domínios em estudo (morfologia, sintaxe e semântica), apresentou um modelo prototípico do objeto direto. Esse modelo parece apontar para uma tendência no português brasileiro à ocorrência de formas nominais (71,5%), ao padrão oracional não marcado no português brasileiro 'verbo seguido de objeto' (92%), à posição não preenchida entre verbo e objeto, a um equilíbrio entre formas que geram correspondentes na voz passiva e aquelas que não geram essa construção sintática e a um

predomínio de papel temático de tema (63%).

A descrição prototípica proposta por Perini (1989) se apresenta como um recurso bastante valioso para a definição de tendências mais gerais da língua, e poderá servir tanto como suporte empírico de teorias linguísticas, quanto como matéria-prima para a elaboração de gramáticas escolares, contribuindo, nos dois casos, para a construção de uma percepção mais abrangente do sistema linguístico do português brasileiro, superando velhas tradições, no caso do pedagógico, que insistem em nivelar fenômenos padrões da língua àqueles desviantes, um tipo de abordagem que fomenta a falsa proposição de que o português é uma disciplina difícil de ser aprendida.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1962.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

COSTA, F. H. da. *O comportamento do sujeito em textos de 7ª e 8ª séries - uma análise prototípica*. 1996. Trabalho de Conclusão (Graduação em Letras) - Centro Educacional La Salle de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, Canoas, 1996.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DILLINGER, Mike; GALVES Charlotte; PAGOTTO, Emílio; CERQUEIRA, Vicente. Padrões de complementação no português falado. In: KATO, Mary A. (Org.) *Gramática do português falado*. Volume V: convergências. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1982.

PERINI, Mário A. *Sintaxe: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006.

Recebido em: 30/10/2010

Aceito em: 07/06/2011

Contato: eduardoelisalde@gmail.com; schwindt@terra.com.br